



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA COMPRA DE BENS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
04/09/2025	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig	0501044

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Bruno Maicon da Silva E-mail: hps.engenhariaclinica@fhemig.mg.gov.br	Central de Equipamentos e Engenharia Clínica - Gerência de Serviços e Infraestrutura - Diretoria Administrativa - Complexo Hospitalar de Urgência

SUMÁRIO

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 8 - HABILITAÇÃO
- 9 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a compra de **ACESSÓRIOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**, sob a forma de entrega parcelada, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD DO ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE HJXXIII	QUANTIDADE HIJPII	QUANTIDADE HJ
	1	1979523	VALVULA PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: VALVULA EXPIRATORIA NEONATAL; EQUIPAMENTO: VENTILADORES PULMONARES; MARCA/MODELO: DRAGER/ EVITA V600/800 VN600/800; REFERENCIA: 8415296	---	1 UNIDADE	3	7	1

LOTE	ITEM	CÓD DO ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE HJXXIII	QUANTIDADE HIJPII	QUANTIDADE HIJPII
	2	1536532	CIRCUITO PACIENTE P/EQUIPAMENTOS MED./HOSP. - IDENTIFICACAO: CIRCUITO COMPLETO REUTILIZAVEL ADULTO; EQUIPAMENTO: APARELHO DE ANESTESIA; MARCA/MODELO: DRAGER/FABIUS GS PREMIUM; REFERENCIA: M30146	---	1 UNIDADE	10	2	2
	3	1430050	CIRCUITO PACIENTE P/EQUIPAMENTOS MED./HOSP. - IDENTIFICACAO: CIRCUITO PACIENTE PEDIATRICO EM SILICONE; EQUIPAMENTO: APARELHO DE ANESTESIA; MARCA/MODELO: DRAGER/FABIUS GS PREMIUM; REFERENCIA: M27542	---	1 UNIDADE	10	2	2
	4	1216139	DRENO PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: DRENO WATERLOCK2; EQUIPAMENTO: ANALISADOR DE GASES; MARCA/MODELO: DRAGER/SCIO; REFERENCIA: 6872130	---	1 UNIDADE	108	0	0
	5	1069950	COTOVELO PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: COTOVELO 90 GRAUS; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000; REFERENCIA: 8412235	---	1 UNIDADE	13	2	2
	6	1069942	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR DE FLUXO; EQUIPAMENTO: RESPIRADOR/VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000/3000; REFERENCIA: 8412034	REGISTRO NO MS.	1 UNIDADE	13	2	2
	7	1069926	VALVULA PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: DE VENTILACAO (EXPIRATORIA), EM POLICARBONATO; EQUIPAMENTO: RESPIRADOR/VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000; REFERENCIA: 8412001	COM REGISTRO NO MS.	1 UNIDADE	13	2	2
	8	1069934	CIRCUITO PACIENTE P/EQUIPAMENTOS MED./HOSP. - IDENTIFICACAO: ADULTO, TRAQUEIA E MANGUEIRA DE FLUXO, EM SILICONE; EQUIPAMENTO: RESPIRADOR/VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000-3000; REFERENCIA: 8412068	TRAQUEIA CORRUGADA, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 120 CM, COM LUZ INTERNA LISA. REGISTRO NO MS.	1 UNIDADE	18	2	2

LOTE	ITEM	CÓD DO ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE HJXXIII	QUANTIDADE HIJPII	QUANTIDADE HJ
1								
	9	1917978	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR CAPNOGRAFIA CAPNOSTAT 5 ETCO2 REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR/MONITOR MULTIPARAMETROS; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES LINHA V, MONITORES INIFINITY; REFERENCIA: 6871950	---	1 UNIDADE	5	3	
	10	1918044	ADAPTADOR PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: ADAPTADOR (CUVETE) VIAS AEREAS ADULT/PED ETCO2 REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR / MONITOR MULTIPARAMETRO; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES LINHA V, MONITORES; REFERENCIA: 6870279	---	1 UNIDADE	10	5	
	11	1918052	ADAPTADOR PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: ADAPTADOR (CUVETE) VIAS AEREAS PEDI/NEO ETCO2 REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR/MONITOR MULTIPARAMETRO; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES LINHA V, MONITORES INFINITY; REFERENCIA: 6870280	---	1 UNIDADE	10	15	
	12	1918109	ADAPTADOR PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: ADAPTADOR RETO P/ SENSOR DE FLUXO NEO REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES EVITA LINHA V600; REFERENCIA: 8411130	---	1 UNIDADE	10	20	
	13	1918087	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR DE FLUXO NEONATAL, REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER / EVITA LINHA V600; REFERENCIA: 8410179	---	PACOTE 5 UNIDADES	8	12	

LOTE	ITEM	CÓD DO ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE HJXXIII	QUANTIDADE HIJPII	QUANTIDADE HJ
	14	1201115	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR DE OXIGENIO ELETROQUIMICO, CILINDRICO, PARA FIO2; EQUIPAMENTO: APARELHO DE ANESTESIA; MARCA/MODELO: DRAGER/FABIUS; REFERENCIA: 6850645	---	1 UNIDADE	7	2	
	15	1973495	CABO EQUIPAMENTO /INSTRUMENTO MEDICO-HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: CABO SENSOR DE TEMPERATURA E FLUXO; EQUIPAMENTO: UMIDIFICADOR DRAGER; MARCA/MODELO: DRAGER/EVITA V600/V300 COM NEO/BABYLOG VN600/VN500; REFERENCIA: 8416600;	---	1 UNIDADE	5	15	

1.2. Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 17 de março de 2023.

1.3. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

1.3.1. Por se tratar de itens fornecidos exclusivamente por uma única empresa no território brasileiro, a discussão relativa à reserva de participação não se aplica, uma vez que trata-se de contratação por Inexigibilidade de licitação, dada a inviabilidade de competição, nos termos do Art. 74, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. Da Contratação:

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até no máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.2. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Descrição da Solução:

1.5.1. O que contratar:

A presente contratação se constitui na aquisição de acessórios da marca Dräger destinados a estações de anestesia e ventiladores pulmonares do Complexo Hospitalar de Urgência - CHU, da rede Fhemig, incluindo válvulas, sensores, circuitos de paciente, adaptadores, drenos e cabos.

1.5.2. Legislação Específica da Contratação:

Para a aquisição de tais produtos a exigência do Alvará Sanitário ou Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento, assim como Autorização de Funcionamento (AFE), observará o arcabouço normativo sanitário, a exemplo da Lei Federal 6.360 de 23 de Setembro de 1976, do Decreto Federal nº 8.077, de 14 de Agosto de 2013 e da Resolução RDC nº 16, de 1º de Abril de 2014, alterada pela Resolução RDC nº 860, de 6 de Maio de 2024.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Por que contratar:

A contratação é necessária para reposição de acessórios desgastados pelo uso contínuo, esterilização e manipulação frequente, além da aquisição de novos itens em função da demanda assistencial crescente. Ressalta-se que para tais itens não há Registro de Preços vigente, bem como o último contrato vigente encerrou-se em janeiro/2025.

2.2. Para que contratar:

O CHU possui um parque tecnológico instalado e em funcionamento de 17 estações de anestesia e 106 ventiladores pulmonares. A finalidade da presente contratação é assegurar que estes equipamentos de suporte à vida permaneçam em condições adequadas de uso, garantindo segurança, confiabilidade e continuidade da assistência prestada aos pacientes.

2.3. Objetivo da contratação:

- Manter os equipamentos Dräger em pleno funcionamento, conforme recomendações do fabricante e requisitos de certificação e registro da ANVISA;
- Evitar paralisações e indisponibilidade de leitos, principalmente em UTIs e salas cirúrgicas;
- Garantir a segurança do paciente, a eficiência da ventilação mecânica e da anestesia, e a qualidade da assistência hospitalar;

- Cumprir as exigências de manutenção preventiva e corretiva estabelecidas pelos órgãos reguladores.

2.4. Impacto de ficar sem a contratação:

A ausência desta contratação pode acarretar diversos impactos negativos, tanto na qualidade do atendimento aos pacientes quanto na eficiência operacional da instituição. Alguns dos principais prejuízos incluem:

- Indisponibilidade de ventiladores pulmonares e estações de anestesia, tornando-os inoperantes por falta de acessórios;
- Bloqueio de leitos de UTI e adiamento de procedimentos cirúrgicos, com risco de desassistência;
- Comprometimento direto da segurança dos pacientes, podendo gerar falhas na ventilação e monitorização;
- Prejuízo à continuidade e eficiência do serviço assistencial prestado pela Fhemig.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcios:

3.1.1. Não se aplica.

3.2. Da Participação de Cooperativa:

3.2.1. Não se aplica.

3.3. Da Subcontratação:

3.3.1. Não se aplica.

3.4. Da Sustentabilidade:

3.4.2. Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

- 3.4.2.1. Somente será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme Lei Federal 6.360, de 23 de Setembro de 1976, do Decreto Federal nº 8.077, de 14 de Agosto de 2013;
- 3.4.2.2. Os bens devem ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e com utilização de materiais recicláveis;
- 3.4.2.3. Entregas programadas conforme a necessidade de reposição, evitando estoques excessivos e consequente desperdício;
- 3.4.2.4. Assegurar que os acessórios sejam originais do fabricante, garantindo maior durabilidade dos equipamentos e evitando descartes prematuros.

3.5. Da Indicação de Marcas ou Modelos:

3.5.1. Na presente contratação será exigida a seguinte marca, conforme permitido pelo inciso I, art. 41 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para o lote /itens:
 3.5.1.1. **Para o Lote 1, Itens de 1 a 15:** Os acessórios deverão ser da marca **DRÄGER**, tendo em vista que todo o parque tecnológico instalado do CHU é dessa marca. Portanto, torna-se indispensável que os acessórios a serem adquiridos sejam da mesma marca, de modo a assegurar a compatibilidade técnica, o funcionamento adequado e a manutenção das condições de segurança e desempenho dos equipamentos médico-hospitalares de suporte à vida. Ressalta-se que os acessórios demandados são componentes específicos, cuja utilização de outra marca poderia comprometer a integridade do funcionamento, acarretar riscos à segurança do paciente, além de invalidar a certificação e os registros junto à ANVISA, que são de responsabilidade do fabricante.

3.6. Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:

3.6.1. Não se aplica.

3.7. Da Exigência de Carta de Solidariedade:

3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. Da Garantia da Contratação:

3.8.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.9. Da Garantia do Produto, da Manutenção e da Assistência Técnica:

3.9.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.10. Da Vistoria:

3.10.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do Prazo de Entrega:

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4.1.1.1. As parcelas do fornecimento serão entregues nos seguintes prazos e condições, sujeitos a adequações, de acordo com a variação da demanda assistencial de cada unidade hospitalar:

						QUANTIDADE 1ª ENTREGA	QUANTIDADE 2ª ENTREGA	QUANTIDADE 3ª ENTREGA	QUANTIDADE 4ª ENTREGA
		CÓD DO			UNIDADE				

LOTE	ITEM	ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	DE AQUISIÇÃO	UNIDADE HOSPITALAR	(IMEDIATAMENTE APÓS ASSINATURA DO CONTRATO)	(2º TRIMESTRE APÓS ASSINATURA DO CONTRATO)	(3º TRIMESTRE APÓS ASSINATURA DO CONTRATO)	(4º TRIMESTRE APÓS ASSINATURA DO CONTRATO)	QUANTIDADE TOTAL CHU
	1	1979523	VALVULA PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: VALVULA EXPIRATORIA NEONATAL; EQUIPAMENTO: VENTILADORES PULMONARES; MARCA/MODELO: DRAGER/ EVITA V600/800 VN600/800; REFERENCIA: 8415296	1 UNIDADE	HJXXIII HIJPII	2 2	0 2	1 2	0 1	10
	2	1536532	CIRCUITO PACIENTE P/EQUIPAMENTOS MED./HOSP. - IDENTIFICACAO: CIRCUITO COMPLETO REUTILIZAVEL ADULTO; EQUIPAMENTO: APARELHO DE ANESTESIA; MARCA/MODELO: DRAGER/FABIUS GS PREMIUM; REFERENCIA: M30146	1 UNIDADE	HJXXIII HIJPII HMAL	4 1 0	3 0 0	2 0 1	1 1 1	14
	3	1430050	CIRCUITO PACIENTE P/EQUIPAMENTOS MED./HOSP. - IDENTIFICACAO: CIRCUITO PACIENTE PEDIATRICO EM SILICONE; EQUIPAMENTO: APARELHO DE ANESTESIA; MARCA/MODELO: DRAGER/FABIUS GS PREMIUM; REFERENCIA: M27542	1 UNIDADE	HJXXIII HIJPII	4 2	3 0	2 0	1 0	12
	4	1216139	DRENO PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: DRENO WATERLOCK2; EQUIPAMENTO: ANALISADOR DE GASES; MARCA/MODELO: DRAGER/SCIO; REFERENCIA: 6872130	1 UNIDADE	HJXXIII HIJPII HMAL	20 2 2	20 2 2	20 2 2	28 2 6	108
	5	1069950	COTOVELO PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: COTOVELO 90 GRAUS; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONA; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000; REFERENCIA: 8412235	1 UNIDADE	HJXXIII HIJPII	3 1	3 0	3 0	4 1	15
	6	1069942	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR DE FLUXO; EQUIPAMENTO: RESPIRADOR/VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000/3000; REFERENCIA: 8412034	1 UNIDADE	HJXXIII HIJPII	3 1	3 0	3 1	4 0	15
	7	1069926	VALVULA PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: DE VENTILACAO (EXPIRATORIA), EM POLICARBONATO; EQUIPAMENTO: RESPIRADOR/VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000; REFERENCIA: 8412001	1 UNIDADE	HJXXIII HIJPII	3 1	3 0	3 0	4 1	15
			CIRCUITO PACIENTE P/EQUIPAMENTOS MED./HOSP. - IDENTIFICACAO: ADULTO, TRAQUEIA E MANGUEIRA DE		HJXXIII	5	5	4	4	

1	8	1069934	FLUXO, EM SILICONE; EQUIPAMENTO: RESPIRADOR/VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER/OXYLOG 2000-3000; REFERENCIA: 8412068	1 UNIDADE	HJJP II	1	1	0	0	20
	9	1917978	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO- HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR CAPNOGRAFIA CAPNOSTAT 5 ETCO2 REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR/MONITOR MULTIPARAMETROS; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES LINHA V, MONITORES INIFINITY; REFERENCIA: 6871950	1 UNIDADE	HJXXIII	2	1	2	0	8
					HJJP II	1	0	1	1	
	10	1918044	ADAPTADOR PARA EQUIPAMENTOS MEDICO- HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: ADAPTADOR (CUVETE) VIAS AEREAS ADULT/PED ETCO2 REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR / MONITOR MULTIPARAMETRO; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES LINHA V, MONITORES; REFERENCIA: 6870279	1 UNIDADE	HJXXIII	3	3	2	2	15
					HJJP II	2	2	1	0	
	11	1918052	ADAPTADOR PARA EQUIPAMENTOS MEDICO- HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: ADAPTADOR (CUVETE) VIAS AEREAS PEDI/NEO ETCO2 REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR/MONITOR MULTIPARAMENTO; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES LINHA V, MONITORES INFINITY; REFERENCIA: 6870280	1 UNIDADE	HJXXIII	3	3	2	2	25
					HJJP II	4	4	4	3	
	12	1918109	ADAPTADOR PARA EQUIPAMENTOS MEDICO- HOSPITALARES - IDENTIFICACAO: ADAPTADOR RETO P/ SENSOR DE FLUXO NEO REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER / VENTILADORES EVITA LINHA V600; REFERENCIA: 8411130	1 UNIDADE	HJXXIII	3	3	2	2	30
					HJJP II	5	5	5	5	
	13	1918087	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO- HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR DE FLUXO NEONATAL, REUTILIZAVEL; EQUIPAMENTO: VENTILADOR PULMONAR; MARCA/MODELO: DRAGER / EVITA LINHA V600; REFERENCIA: 8410179	PACOTE 5 UNIDADES	HJXXIII	2	2	2	2	20
					HJJP II	3	3	3	3	
	14	1201115	SENSOR PARA EQUIPAMENTO MEDICO- HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: SENSOR DE OXIGENIO ELETROQUIMICO, CILINDRICO, PARA FIO2; EQUIPAMENTO: APARELHO DE ANESTESIA; MARCA/MODELO: DRAGER/FABIUS; REFERENCIA: 6850645	1 UNIDADE	HJXXIII	4	2	1	0	13
					HJJP II	1	0	1	0	
					HMAL	2	0	2	0	
		CABO EQUIPAMENTO /INSTRUMENTO MEDICO-		HJXXIII	2	2	1	0		

15	1973495	HOSPITALAR - IDENTIFICACAO: CABO SENSOR DE TEMPERATURA E FLUXO; EQUIPAMENTO: UMIDIFICADOR DRAGER; MARCA/MODELO: DRAGER/EVITA V600/V300 COM NEO/BABYLOG VN600/VN500; REFERENCIA: 8416600;	1 UNIDADE	HIJPII	4	3	4	4	20
----	---------	--	-----------	--------	---	---	---	---	----

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação do prazo para entrega, ficando a cargo da área demandante, motivadamente, acolher ou rejeitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. Do Local e Horário de Entrega:

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:

4.2.1.1. Hospital João XXIII: Avenida Professor Alfredo Balena, 400, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30130-100, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos), no horário de 8 às 16 horas, no Almoxarifado.

4.2.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento:

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do Contratado.

5.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. A Administração notificará o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.2. Da Liquidação:

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.2.2.1. O vencimento;
- 5.2.2.2. A data da emissão;
- 5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;
- 5.2.2.5. O valor a pagar; e
- 5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento:

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.3.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e

atestado. Tal hipótese ensinará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais:

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da Fiscalização do Contrato:

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da Gestão do Contrato:

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a atuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação direta por INEXIGIBILIDADE, nos termos do Art. 74, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, uma vez que a Drager possui representação exclusiva no território brasileiro pela empresa DRÄGER DO BRASIL LTDA, conforme Carta de Exclusividade apresentada (1211004439).

- 7.2. **Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**
- 7.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.
- 7.2.1.1. O fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes às demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.2.2. A proposta comercial deverá conter minimamente as seguintes informações:
- 7.2.2.1. Descrição completa e detalhada do objeto e dos seus itens individualizados, mencionando marca, modelo e número de registro do produto na ANVISA;
- 7.2.2.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluída todas as despesas, tais como impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre a execução do objeto;
- 7.2.2.3. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.
- 7.3. **Da Amostra:**
- 7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nesta contratação.
- 7.4. **Da Prova de Conceito (PoC):**
- 7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8. HABILITAÇÃO

- 8.1. Para fins de habilitação, deverá o Contratado comprovar os seguintes requisitos:
- 8.1.1. **Habilitação Jurídica:**
- 8.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.1.1.3. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.1.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.1.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**
- 8.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 8.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
- II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 8.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.
- 8.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 8.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
- 8.1.3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:
- I - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \\
 & \text{Ativo Total} \\
 \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \\
 & \text{Ativo Circulante} \\
 \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

II - Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total estimado da contratação.

III - O Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

IV - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.1.4. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

8.1.4.1. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, expedido(a) pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, conforme o caso, da sede da Contratada, em atendimento à exigência do art. 21 Lei Federal nº 5.991 de 17 de Dezembro de 1973 e o art.2º da Lei nº 6.360, de 23 de Setembro de 1976.

8.1.4.1.1. Será aceito o pedido de revalidação datado de período anterior ao do vencimento, caso esteja vencido, acompanhado do Alvará Sanitário anterior.

8.1.4.2. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme exigência do art. 2º da Lei nº 6.360, de 23 de Setembro de 1976 e Resolução RDC nº 16, de 1º de Abril de 2014, alterada pela Resolução RDC nº 860, de 6 de Maio de 2024.

8.1.4.3. Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio de cópia autenticada no Diário Oficial da União (D.O.U.), grifando o número relativo a cada produto cotado, ou cópia emitida eletronicamente pelo sítio da ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano), em atendimento ao art. 12 da Lei Federal Nº 6.360, de 23 de Setembro de 1976.

8.1.4.3.1. Estando o registro vencido, a Contratada deverá apresentar cópia autenticada do pedido de revalidação, desde que tenha sido requerida no lapso temporal de um ano a seis meses antes do vencimento, acompanhado do certificado vencido.

8.1.5. Declaração:

8.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.5.2. Caso a Contratada não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Do Contratado:

- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.
- 9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.2.8. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
- 9.2.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.10. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 9.2.11. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.
- 9.2.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 9.2.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.
- 9.2.14. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.17.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.
- 9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou o fornecedor que:
- 10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 10.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a

imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

I - O atraso superior à de 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 635.955,19 (Seiscentos e trinta e cinco mil novecentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos, conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 25.124, de 30/12/2024, relativa ao exercício financeiro vigente.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **2271.10.302.019.4036-0001, OBJETO DE GASTO 3390, ELEMENTO DE DESPESA 3024, FONTE 10.1.**

12.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Responsáveis pela Elaboração

Área Técnica/Demandante:

Bruno Maicon da Silva

MASP: 1380664-1

Coordenador - Central de Equipamentos e Engenharia Clínica

Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência / Fhemig

Camila Benjamim Guimarães

MASP: 1143782-9

Fisioterapeuta - Central de Equipamentos e Engenharia Clínica

Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência / Fhemig

Área da Contratação:

Fernanda Dias Bacelar
MASP 1090851-5
Enfermeira - Coordenação de Planejamento, Aquisições e Contratações
Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência / Fhemig

Richard Thiago Alves da Silva
MASP: 1357665-7
Coordenador - Coordenação de Planejamento, Aquisições e Contratações
Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência / Fhemig

Ariane Gomes de Sá
MASP: 1238171-1
Gerente - Gerência de Logística e Finanças
Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência / Fhemig

Responsáveis pela Aprovação

Carla Denise Alves da Conceição
MASP: 1375858-6
Gerente - Gerência de Suprimentos e Infraestrutura
Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência / Fhemig

Alexandre Luiz Martucheli
MASP: 1276252-2
Diretor Administrativo
Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência / Fhemig



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Gomes De Sa, Gerente**, em 30/09/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Luiz Martucheli, Diretor (a)**, em 30/09/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Denise Alves da Conceicao, Gerente**, em 01/10/2025, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Maicon Da Silva, Servidor (a) Público (a)**, em 03/10/2025, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Dias Bacelar, Servidor (a) Público (a)**, em 07/10/2025, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Richard Thiago Alves Da Silva, Coordenador(a)**, em 07/10/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leidiane Cristina Waldoloto, Servidor(a) Público (a)**, em 08/10/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Benjamim Guimaraes, Servidor(a) Público (a)**, em 08/10/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Laura De Jesus Oliveira, Servidor(a) Público (a)**, em 09/10/2025, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **123137060** e o código CRC **E9C89513**.

Referência: Processo nº 2270.01.0006118/2025-18

SEI nº 123137060